

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Office for Economic Policy and International Affairs
MINISTRY OF FINANCE

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Relatório de Avaliação Anual 2024

ABRIL 2025

# PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

## Relatório de Avaliação Anual 2024



### FICHA TÉCNICA

#### Título

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL 2024

#### Data

Abril 2025

#### Edição

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais • Ministério das Finanças Rua da Alfândega, 5A - 1100 - 016 Lisboa • Telefone: +351 218 823 390 • Fax: +351 218 823 399

www.gpeari.gov.pt

## ÍNDICE

INTR	RODUÇÃO	5
1.	Caracterização do GPEARI	7
2.	METODOLOGIA DE MONITORIZAÇÃO	8
3.	MEDIDAS DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS	11
4.	Apresentação de Resultados	12
	_4.1 Resultados da Avaliação Anual	13
5.	CONCLUSÃO, APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO	15
Anex	co I – Medidas de Prevenção e/ou Mitigação dos Riscos	16
ANEX	co II – Monitorização dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	19

### ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Estrutura orgânica do GPEARI	7
Figura 2	Grau de Risco (GR)	8
Figura 3	Situações de Risco identificadas por Área e Grau de Risco	9
Figura 4	implementação – Responsáveis e Funções	LO
Figura 5	Relação entre Situações de Risco e Medidas	l <b>1</b>
Figura 6	Grau de Implementação das Medidas	L3
Figura 7	Grau de Implementação das Medidas por Grau de Risco	L4

#### Introdução

As Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC)<sup>1</sup> e, mais posteriormente, da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024<sup>2</sup>, Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC)<sup>3</sup> e Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC)<sup>4</sup>, vieram determinar que todos os serviços da administração pública elaborem e monitorizem os respetivos planos, com o objetivo de identificar situações potenciadoras de riscos de corrupção e infrações conexas e que adotem medidas preventivas e corretivas que possibilitem a eliminação desses riscos ou minimizem a probabilidade da sua ocorrência.

O exercício de identificação e possibilidade da sua mitigação tornou-se o objetivo primordial da elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) do GPEARI, revisto e republicado em 2022 e monitorizado em 2023 e já parcialmente em 2024, tendo em vista o efetivo respeito de valores como a legalidade, lealdade, confiança e ética, que sendo exigidos a qualquer organização, encontra nos organismos públicos uma exigência acrescida.

Deste modo, este documento constitui-se como uma ferramenta que permite ao GPEARI responder aos desafios decorrentes da sua missão e atribuições e o exercício das suas competências de forma ética e legal, pugnando pela transparência e cumprimento escrupuloso da lei e pelos valores da Criatividade e Partilha do Saber, Excelência e Profissionalismo, Rigor e Integridade, e Responsabilidade e Sentido de Dever.

Em articulação com o Código de Conduta (CC) do GPEARI, que baliza a atuação dos seus colaboradores mediante o cumprimento de princípios éticos e deontológicos, o PPR privilegia o envolvimento de toda a organização na identificação das principais áreas de risco de corrupção, das situações passíveis de gerar conflitos de interesses e incompatibilidades, o desenho das medidas a implementar para prevenir a sua ocorrência, e neste caso, a respetiva monitorização, revelando-se assim como fator diferenciador e de gestão participada.

De acordo com o nº 4 e nº 5 do Artigo 6.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro e, adicionalmente, com o proposto na Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-

5

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Recomendação do CPC de 1 de julho de 2009 (Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas), Recomendação do CPC de 7 de abril de 2010 (Publicidade dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas)

Recomendação do CPC de 1 de julho de 2015 (Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas), Recomendação do CPC de 2 de outubro de 2019 (Prevenção de Riscos de Corrupção na Contratação Pública), Recomendação do CPC de 8 de janeiro de 2020 (Gestão de Conflitos de Interesse no Sector Público) Recomendação do CPC de 6 de maio de 2020 (Prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas no âmbito das medidas de resposta ao surto pandémico da Covid-19)

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2021 - Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Constante em Anexo ao <u>Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro</u>.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Portaria n.º 164/2022, de 23 de junho e Portaria n.º 155-B/2023, de 6 de junho.

2024 (em particular nas prioridades "Melhorar o conhecimento, a formação e as práticas institucionais em matéria de transparência e integridade" e "Prevenir e detetar os riscos de corrupção na ação pública"), o presente PPR encontra-se em execução entre 2021 e 2024, com especial incidência nos anos de 2023 e 2024, com a implementação das medidas, tendo sido objeto de elaboração de:

- a) relatório de avaliação intercalar, relativo ao ano de 2024, elencando as situações identificadas de Risco Elevado ou Muito Elevado, que foi publicado em dezembro de 2024;
- b) **relatório de avaliação anual**, relativo à execução total do ano de 2024, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação.

Assim, em cumprimento e após aprovação interna, a presente monitorização e **Relatório de Avaliação Anual (RAA)** será divulgado e remetido às instâncias definidas para esta matéria<sup>5</sup>, bem como publicado na página eletrónica do GPEARI.

6

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> De acordo com o <u>Anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro (Regime Geral de Prevenção da Corrupção)</u> os planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e relatórios de execução devem ser remetidos aos órgãos de superintendência, tutela e controlo - Ministro de Estado e das Finanças, Inspeção-Geral de Finanças e Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC).

#### 1. CARACTERIZAÇÃO DO GPEARI

O GPEARI é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, traduzindo-se a sua **missão, visão e valores** num compromisso, com a tutela, com os parceiros institucionais e *stakeholders*, com o cidadão e com a sua organização e colaboradores.

As **atribuições** encontram-se definidas no número 2 do Artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de julho, e traduzem a diversidade e transversalidade do âmbito de atuação do GPEARI na área de governação das Finanças.

A **estrutura interna** do GPEARI reflete a orgânica prevista no referido Decreto-Regulamentar, na Portaria nº 227/2018, de 13 de agosto, no Despacho nº 10003/2018<sup>6</sup>, de 26 de outubro, alterado pelo Despacho n.º 5906/2019, de 27 de junho e no Despacho nº 1066/2022, de 12 de janeiro<sup>7</sup>, estando organizada em sete departamentos, com a seguinte configuração, no ano de 2024:

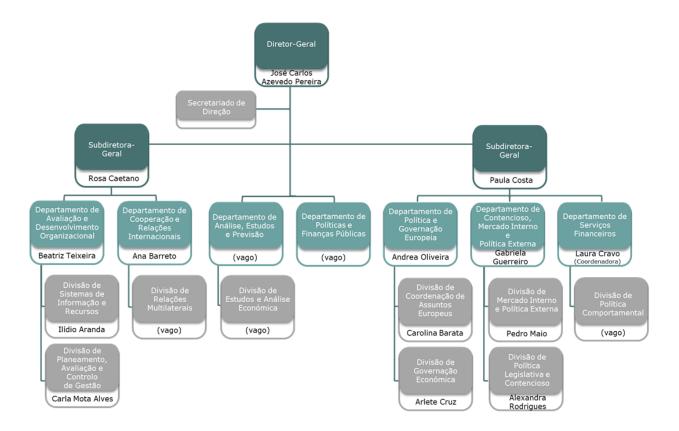


Figura 1 | Estrutura orgânica do GPEARI (2024)

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> <u>Decreto Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de julho, Portaria nº 227/2018, de 13 de agosto</u> e <u>Despacho n º 10003/2018 de 26 de outubro</u>.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> <u>Despacho n.º 5906/2019, de 27 de junho</u> e <u>Despacho nº 1066/2022, de 12 de janeiro</u>.

#### 2. METODOLOGIA DE MONITORIZAÇÃO

De acordo com o explanado no PPR do GPEARI, a metodologia para o cálculo do Grau de Risco consistiu na aplicação da seguinte tabela:

Probabilidade de ocorrência (PO) Elevada Moderada Fraca Elevado Muito elevado Elevado Moderado **Impacto** previsível Moderado Moderado Elevado Fraco (IP) Muito fraco Moderado Fraco Fraco

Figura 2 | Grau de Risco (GR)

Esta identificação de riscos compõe-se pelos seguintes parâmetros:

- Área de atuação de acordo com as áreas core de serviços do GPEARI;
- Atividade dentro de cada área de atuação;
- Situações de risco identificadas para cada atividade;
- Grau de Risco (GR) de cada situação para preenchimento de acordo com as cores
  e resultado previsto no Quadro 1 Grau de Risco, calculada pelo cruzamento da
  Probabilidade de Ocorrência (PO) X Impacto Previsível (IP), sendo que esta informação
  será apenas preenchida pelos responsáveis das unidades orgânicas atribuídas.

Tal como demonstrado na figura seguinte, a implementação da metodologia acima explicitada resultou na identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas potencialmente atribuíveis às seguintes **áreas de atuação do GPEARI** e respetivas atividades desenvolvidas pelo GPEARI, totalizando um conjunto de 52 situações:



Consolidando a análise das áreas de atuação constata-se que foi nas áreas da política internacional (Departamento de Cooperação e Relações Internacionais) e recursos humanos e contratação pública (Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional) que se identificou um maior número de situações de risco.

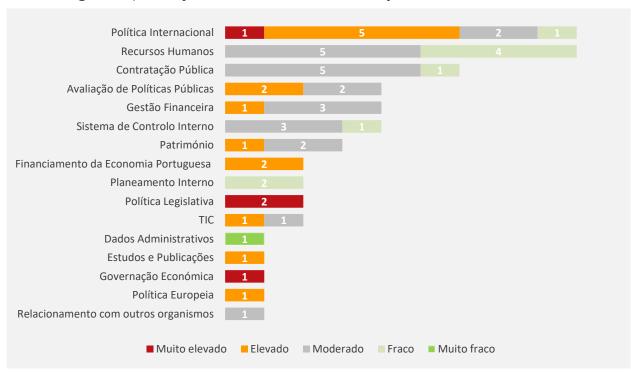


Figura 3 | Situações de Risco identificadas por Área e Grau de Risco

Paralelemente a esta identificação, foram elencadas **medidas de prevenção e/ou mitigação dos referidos riscos de corrupção e infração conexa**, propondo-se a sua aplicação específica por cada unidade orgânica, face a cada situação de risco identificada. Para cada medida de prevenção e mitigação foi também identificado o grau de dificuldade, calendarização e responsabilidade pela implementação.

Posteriormente, e já numa perspetiva de monitorização, foi avaliada a implementação das medidas de prevenção e mitigação em cada departamento. A intervenção dos departamentos do GPEARI é, deste modo, encarada como essencial para identificar, evitar e monitorizar situações potenciadoras de riscos de corrupção e infrações conexas.

Com base na informação conhecida e recolhida junta dos departamentos responsáveis pela implementação de medidas, o RAA contém, em suma, a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação. Assim, de acordo com o exposto na alínea b) do nº 4 do Artigo 6.º do Anexo do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro, pretende-se que o presente

RAA inclua um balanço das medidas adotadas e das medidas por adotar, a descrição dos riscos eliminados ou cujo impacto foi reduzido e daqueles que se mantêm, e ainda, os riscos identificados ao longo do ano que não foram contemplados no plano inicial.

Acrescenta-se, ainda, que o plano de implementação das medidas e respetiva monitorização constitui-se assim como um desiderato transversal a todo o GPEARI. As responsabilidades e funções específicas nesta matéria estão identificadas abaixo, tal como explanado inicialmente no PPR do GPEARI:

Figura 4 | implementação - Responsáveis e Funções

Responsável	Função
	Estabelece a estratégia a adotar na prevenção e gestão de riscos da organização.
Direção Superior	Toma medidas no âmbito da sua competência relativamente aos riscos que lhes são comunicados pelos colaboradores.
	Aprova o Plano e determina a sua execução.
	Divulga o Plano aos colaboradores e promove a sua publicitação na página eletrónica e na internet.
	Apoia a Direção Superior na conceção e definição da estratégia de prevenção e gestão de riscos e na sua implementação no processo de gestão.
Departamento de Avaliação e Desenvolvimento	Promove a comunicação entre a Direção Superior e os outros departamentos no âmbito da gestão de riscos.
Organizacional (DADO)	Monitoriza a execução das medidas previstas no Plano, recorrendo a inquéritos e ações específicas se necessário.
	Elabora o Relatório Anual de Execução do Plano.
	São os responsáveis pela validação e implementação do Plano nas funções, ações e procedimentos realizados pela unidade orgânica respetiva.
Dirigentes dos Departamentos	Monitorizam a execução das medidas previstas no Plano, recorrendo aos meios que se revelem necessários.
	Identificam e comunicam à Direção Superior qualquer ocorrência de risco e / ou infração com grau de gravidade e / ou probabilidade de ocorrência maior.
	São os responsáveis por apoiar os Dirigentes na validação e implementação do Plano nas suas funções, ações e procedimentos.
Colaboradores	Respeitam as regras deontológicas inerentes às suas funções e agem sempre em isenção e em conformidade com a lei.
	Identificam e comunicam aos seus superiores qualquer ocorrência de risco e / ou infração com grau de gravidade e / ou probabilidade de ocorrência maior.

#### 3. MEDIDAS DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS

As medidas de prevenção e/ou mitigação de riscos a adotar, estabelecidas em função do grau de risco das situações, visam evitá-lo, eliminar a sua causa, preveni-lo, ou procurar minimizar a probabilidade da sua ocorrência ou do seu impacto negativo.

As medidas de mitigação encontram-se endereçadas às **52 situações e respetivo grau de risco** identificados no âmbito da atividade do GPEARI, verificando-se que muitas das medidas definidas respondem a mais do que uma situação identificada. Neste sentido, associaram-se as **medidas (18)** ao grau de risco das respetivas situações, consolidando-se as que mais contribuem para mitigar tais situações e minimizar a probabilidade de ocorrência:

Figura 5 | Relação entre Situações de Risco e Medidas

Grau de Risco	Medidas
	Divulgar Código de Conduta
Muito elevado	Fomentar a utilização do Sistema de Gestão Documental (Fabasoft)
	Implementar métodos de trabalho colaborativo
	Definir plano de validação de mapas de controlo interno e outros sistemas de suporte
	Definir procedimentos técnicos e organizativos de segurança da informação e do ciberespaço
Elevado	Definir termos de referência para recrutamento e seleção de cooperantes e empresas no âmbito das IFI
	Desenvolver ações de sensibilização sobre segurança informática, cibersegurança e reconhecimento de riscos
	Desenvolver e implementar o Manual de Controlo Interno
	Atualizar e divulgar o Manual de Procedimentos
	Definição e divulgação das condições para acumulação de funções
	Definir e implementar Política de Proteção e acesso a Dados
Moderado	Definir procedimentos de gestão de acessos, utilizadores e passwords
	Divulgação dos procedimentos de implementação do SIADAP23
	Elaborar plano anual de compras e procedimentos de aquisição
	Formalizar procedimentos de recrutamento
Fraco	Divulgar Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do GPEARI
ггасо	Promover ação de formação na área da prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas
Muito fraco	Promover ações de formação acerca da Lei de acesso aos documentos administrativos

As medidas elencadas tipificam-se em cinco grupos, que passam pela:

- Formalização;
- Atualização de manuais e planos;
- Definição de procedimentos administrativos e/ou técnicos e TIC;
- Ações de sensibilização;
- Formação.

Para cada uma destas medidas, como previso no PPR aprovado do GPEARI, as ações/atividades a desenvolver encontram-se descritas no ANEXO I (Medidas de Prevenção e/ou Mitigação dos Riscos), sendo que cada uma destas medidas também apresenta um grau de dificuldade associado.

#### 4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados da monitorização decorrem da análise, para cada risco identificado, da área de atuação e atividade respetiva, bem como do grau de risco associado, e ainda do(s) departamento(s) onde o risco identificado pode ocorrer e avaliação da implementação das medidas de prevenção e mitigação, durante o ano de 2024. Esta análise encontra-se exposta de forma pormenorizada no ANEXO II – Monitorização dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

A análise realizada apresenta as medidas de prevenção/mitigação previstas e respetivas ações/atividades a desenvolver e a sua respetiva fase/grau de implementação, de acordo com a seguinte escala:

- Implementado nos casos em que a medida foi implementada na totalidade;
- Em Curso nos casos em que a medida se encontra ainda a ser implementada ou carece de atualização/revisão;
- Não Implementado nos casos em que não se chegou a iniciar a implementação da medida ou a sua implementação é residual.

#### 4.1 Resultados da Avaliação Anual

Os resultados da presente avaliação anual encontram-se resumidos abaixo, sintetizando o que se encontra descrito com mais pormenor no ANEXO II – Monitorização dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, do presente documento.

Figura 6 | Grau de Implementação das Medidas

Grau de Risco	Medidas	Grau de implementação
	Divulgar Código de Conduta	Implementado
Muito elevado	Fomentar a utilização do Sistema de Gestão Documental (Fabasoft)	Em curso
	Implementar métodos de trabalho colaborativo	Implementado
	Definir plano de validação de mapas de controlo interno e outros sistemas de suporte	Em curso
	Definir procedimentos técnicos e organizativos de segurança da informação e do ciberespaço	Implementado
Elevado	Definir termos de referência para recrutamento e seleção de cooperantes e empresas no âmbito das IFI	Em curso
	Desenvolver ações de sensibilização sobre segurança informática, cibersegurança e reconhecimento de riscos	Implementado
	Desenvolver e implementar o Manual de Controlo Interno	Implementado
	Atualizar e divulgar o Manual de Procedimentos	Em curso
	Definição e divulgação das condições para acumulação de funções	Implementado
	Definir e implementar Política de Proteção e acesso a Dados	Implementado
Moderado	Definir procedimentos de gestão de acessos, utilizadores e passwords	Em curso
	Divulgação dos procedimentos de implementação do SIADAP23	Em curso
	Elaborar plano anual de compras e procedimentos de aquisição	Implementado
	Formalizar procedimentos de recrutamento	Em curso
Fraco	Divulgar Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do GPEARI	Implementado
гіасо	Promover ação de formação na área da prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas	Em curso
Muito fraco	Promover ações de formação acerca da Lei de acesso aos documentos administrativos	Não implementado

Deste modo, podemos constatar o grau de implementação das respetivas medidas de prevenção e mitigação previstas, face ao risco identificado, verificando-se assim que das 18 medidas a implementar, **9 foram implementadas** na totalidade, **8 encontram-se ainda a** 

ser implementadas ou carecem de atualização/revisão (em curso) e **1 não foi** implementada, embora, alguns colaboradores já tenham participado em formações desta natureza.

Analisando as medidas de acordo com o **Grau de Risco**, constata-se que foram totalmente implementas:

- 67% das medidas associadas ao Grau de Risco Muito Elevado;
- 60% das medidas associadas ao Grau de Risco Elevado;
- 43% das medidas associadas ao **Grau de Risco Moderado**;
- 50% das medidas associadas ao **Grau de Risco Fraco**
- 0% das medidas associadas ao Grau de Risco Muito Fraco.

Apenas ficou por implementar 1 medidas associadas ao Grau de Risco Muito Fraco.

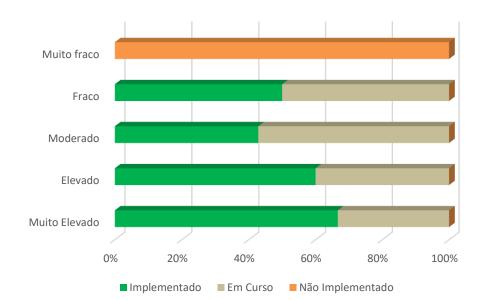


Figura 7 | Grau de Implementação das Medidas por Grau de Risco

Tal como referido, estes resultados em pormenor e observações encontram-se apresentados no ANEXO II – Monitorização dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, do presente documento.

#### 5. CONCLUSÃO, APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A presente Relatório de Avaliação Anual do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas permite concluir que as medidas implementadas e/ou em curso permitem mitigar os riscos identificados, não se verificando qualquer ocorrência.

Este relatório de monitorização será distribuído digitalmente pelos colaboradores, publicado na página eletrónica do GPEARI e remetido às instâncias definidas para esta matéria (órgãos de superintendência, tutela e controlo - Ministro de Estado e das Finanças, Inspeção-Geral de Finanças e Mecanismo Nacional Anticorrupção - MENAC).

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção do GPEARI será revisto durante o 1.º semestre de 2025, com efeitos de implementação de 2025-2027, nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

Aprovado pelo Diretor-Geral em:

## ANEXO I – Medidas de Prevenção e/ou Mitigação dos Riscos

Tipologia das medidas	Medidas	Ações/atividades a desenvolver	Dificuldade
	Atualizar e divulgar o Manual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•
	Desenvolver e implementar o Manual de Controlo Interno	Desenvolver, divulgar e implementar o Manual de Controlo Interno	•
		Validar aleatoriamente informação do Fabasoft	•
		Validar aleatoriamente mapa de controlo de viagens	•
		Validar aleatoriamente mapa de controlo de economato	•
		Validar aleatoriamente mapa de controlo do inventário	•
Atualização e divulgação de	Definir plano de validação de mapas de controlo interno e outros sistemas de	Validar aleatoriamente SARA - Sistema Automático de Registo de Assiduidade	•
Manuais e planos	suporte	Validar aleatoriamente compras realizadas	•
		Validar aleatoriamente registos referentes a deslocações de serviço	•
		Validar aleatoriamente registos referentes ao Fundo de Maneio	•
		Validar aleatoriamente registos referentes ao uso do cartão de crédito	•
		Validar aleatoriamente procedimentos de pagamento efetuados pela SGMF	•
	Elaborar plano anual de compras e	Solicitar fundamentação objetiva da escolha de outro tipo de procedimento de aquisição mais restritivo da concorrência	•
	procedimentos de aquisição	Criar um plano formal anual de compras	•
	Fomentar a utilização do Sistema de Gestão Documental (Fabasoft)	Elaboração e registo dos documentos de suporte no sistema de gestão documental (conferência e rastreamento)	•
Definição de Procedimentos	Implementar métodos de trabalho colaborativo	Implementar métodos e processos de trabalho em equipa: análise e validação por colegas e chefias e/ou rotatividade de tarefas entre os trabalhadores	•

Tipologia das medidas	Medidas	Ações/atividades a desenvolver	Dificuldade							
	Divulgação dos procedimentos de implementação do SIADAP23									
		Definir modelo(s) de requerimento(s), forma e meios para acesso e consulta, tabela de taxas a aplicar aos serviços e sua publicitação, etc.	•							
	Definir e implementar Política de Proteção e acesso a Dados	Definir procedimento(s)/processo(s) para a receção de pedidos de acesso e reutilização de documentos administrativos, tratamento e resposta aos mesmos	•							
		Implementar manual prático de segurança interna (especificamente sobre proteção de dados)	•							
	Formalizar procedimentos de recrutamento	Formalizar instruções reguladoras dos procedimentos de recrutamento	0							
	procedimentos de recrutamento	Nomear júris diferenciados nos processos de recrutamento	•							
	Definir termos de referência para	Definir critérios para seleção de cooperantes, gestores de programas de cooperação e colaboradores a colocar nas IFI								
	recrutamento e seleção de cooperantes e	Definir critérios para seleção de empresas e consultores	•							
	empresas no âmbito das IFI	Publicar no site e na newsletter do GPEARI da vaga para formador, gestor de programa de cooperação e/ou colaborador nas IFI	•							
	Definição e divulgação das condições para acumulação de funções	Integrar no requerimento que enquadra o regime de acumulação de funções, a declaração inequívoca que as funções acumuladas não colidem sob forma alguma com as funções públicas exercidas, nem colocam em causa a isenção e o rigor que deve pautar a sua ação	•							
		Concluir a formalização de procedimento para gestão do ciclo de vida da conta do utilizador (principalmente o que respeita à sua eliminação)	•							
	Definir procedimentos de gestão de acessos, utilizadores e passwords	Definir política de passwords, incluindo critérios que contribuam para a sua maior complexidade e estabelecimento de periodicidade para alteração / renovação	•							
Definição de Procedimentos TIC		Verificar e adequar o nível de codificação no armazenamento de passwords dos utilizadores	•							
	Definir procedimentos técnicos e	Formalizar procedimentos para atuação em caso de deteção de ameaças e reporte de incidentes de segurança e do ciberespaço	•							
	organizativos de segurança da informação e do ciberespaço	Definir procedimentos técnicos e organizativos de segurança no ciberespaço, baseados em boas práticas, em cooperação com a eSPap	•							

Tipologia das medidas	Medidas	Ações/atividades a desenvolver	Dificuldade
		Criar procedimentos técnicos e organizativos de segurança da informação e do ciberespaço	•
	Desenvolver ações de sensibilização sobre	Sensibilização sobre reconhecimento de situações de potenciais ameaças à informação e adequação do comportamento face às mesmas – não esquecendo métodos de social engineering)	•
Desenvolver ações de sensibilização	segurança informática, cibersegurança e reconhecimento de riscos	Sensibilização sobre definição de passwords robustas, acessos seguros a páginas web, guardar informação pessoal no browser, memória ou disco, comportamentos a ter para evitar riscos e minimizar impactos, etc.)	•
	Divulgar Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do GPEARI	n.a.	•
	Divulgar Código de Conduta	n.a.	•
Promover Formação	Promover ação de formação na área da prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas	n.a.	•
riomovei roimação	Promover ações de formação acerca da Lei de acesso aos documentos administrativos	n.a.	•

## ANEXO II – Monitorização dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

			۰		DE	PAI	RTAI	MEN	ITO						Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risc	Obs.	DAEP DIR.	DPFP	DPGE	DADO DCRI DSF	חמחח	Medida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	Do	<ul> <li>Descrever os riscos minimizados,</li> <li>Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.</li> </ul>	
											utualizar e divulgar o Manual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
		Divulgação e utilização de informação privilegiada e	0	O risco é moderado								Concluir a formalização de procedimento para gestão do ciclo de vida da conta do utilizador (principalmente o que respeita à sua eliminação)	•	Implementado	
Relacionament o com outros organismos	Todas as atividades	confidencial, em virtude do desempenho das funções no GPEARI, para favorecimento próprio ou de terceiros	loderado	porque pode ocorrer esporadicamente e o impacto fica restrito ao GPEARI.	x x	x	хx	¢χ	хх	D g	Definir procedimentos de gestão de acessos, utilizadores e passwords	Definir política de passwords, incluindo critérios que contribuam para a sua maior complexidade e estabelecimento de periodicidade para alteração / renovação		Implementado	
												Verificar e adequar o nível de codificação no armazenamento de passwords dos utilizadores	•	Em curso	Está prevista para 2025 a migração para Microsoft365, obrigando à reconfiguração de vários procedimentos a este nível.
Estudos e Publicações	Elaboração de seminários, artigos, ensaios e publicações	Produção de resultados / conclusões a reportar condicionada(s) a um resultado pré-definido	Elevado		×	x				ir		Desenvolver, divulgar e implementar o Manual de Controlo Interno	•	Implementado	
Económica	Acompanhament o do processo	Manipulação de informação no âmbito dos trabalhos relativos à transposição de Diretivas e medidas para a implementação de Regulamentos com vista o favorecimento de um ou mais intervenientes	o elevado					x			mplementar métodos de rabalho colaborativo	Implementar métodos e processos de trabalho em equipa: análise e validação por colegas e chefias e/ou rotatividade de tarefas entre os trabalhadores	•	Em curso	Embora este procedimento seja efetuado, não existem formalização do procedimento. Deverá ocorrer na revisão do Manual de Procedimentos.
	Serviços Financeiros		Muito								Divulgar Código de Conduta	n.a.	•	Implementado	

• PPR •

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

								MEN			RRUPÇAU L INFRAÇULS CUNLXAS -			Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco	Obs.	DAEP DIR.	DPFP	DPGE	DSF	DADO DCRI	Medida de prevenção, mitigação prevista	/ Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	De	<ul> <li>Descrever os riscos minimizados,</li> <li>Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.</li> </ul>
	Avaliação de Políticas Sectoriais	Aplicação dos critérios de avaliação condicionada a um resultado pré-definido	Elevado		×	x				Desenvolver e implementar o Manual de Controlo Interno	Desenvolver, divulgar e implementar o Manual de Controlo Interno	•	Implementado	
	Avaliação de Impacto Legislativo	Aplicação dos critérios de avaliação condicionada a um resultado pré-definido	Elevado		×	x				Desenvolver e implementar o Manual de Controlo Interno	Desenvolver, divulgar e implementar o Manual de Controlo Interno	•	Implementado	
Avaliação de Políticas Públicas	Avaliação do desempenho dos serviços	Aplicação dos critérios de avaliação condicionada a um resultado pré-definido	<u> 1</u> 0	Apesar de ocorrerem vários momentos de avaliação ao longo do ano, o impacto do risco é reduzido.						Divulgação dos procedimentos de implementação do SIADAP2 e 3	Definir e divulgar atempadamente os critérios de definição de objetivos, as atas do CCA e as normas processuais de implementação do SIADAP	•		A realizar dentro dos prazos previstos na Lei.
		Produção de resultados / conclusões a reportar condicionada(s) a um resultado pré-definido		A apresentação de resultados ocorre poucas vezes por ano. Pode existir eventual impacto do enviesamento dos resultados.						Atualizar e divulgar o Manual de Procedimento	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
	Coordenação do Programa Pagar a Tempo e Horas									Elaborar plano anual de compras e procedimento	Solicitar fundamentação objetiva da escolha de outro tipo de procedimento de aquisição mais restritivo da concorrência s	•	Implementado	
										de aquisição	Criar um plano formal anual de compras	•	Implementado	
Política Legislativa	Legislação e atividade legislativa	Manipulação de informação no âmbito da intervenção ao nível do processo legislativo. Preparação de projetos de diplomas legais e outros documentos de natureza normativa com vista o favorecimento de um ou mais intervenientes	Muito elevado				>			Implementar métodos de trabalho colaborativo	Implementar métodos e processos de trabalho e m equipa: análise e validação por colegas e chefias e/ou rotatividade de tarefas entre os trabalhadores	•	Implementado	Acompanhamento de todas as fases de negociação de legislação europeia, conjuntamente com o DSF e Gabinetes de modo a assegurar o cumprimento dos prazos; Recolha de elementos para comunicação à Comissão Europeia;

• PPR •

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - Relatório de Avaliação Anual 2024

			Grau de Risco		ART				DE NAGOGO DE CON	RUPÇAU E INFRAÇUES CUNEXAS -	terac	orro de rivana	Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS			DPGE				Medida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	Estado De Implementaçã O	<ul> <li>Descrever os riscos minimizados,</li> <li>Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.</li> </ul>
									Divulgar Código de Conduta	n.a.	•	Implementado	
		Manipulação de informação no âmbito dos trabalhos relativos à transposição de diretivas e apoio à atividade legislativa do GMF e dos Secretários de Estado com vista o favorecimento de um ou mais intervenientes	Muito elevado			x			Implementar métodos de trabalho colaborativo	Implementar métodos e processos de trabalho em equipa: análise e validação por colegas e chefias e/ou rotatividade de tarefas entre os trabalhadores	•	Implementado	Participação em workshops da Comissão atinentes à fase de transposição de diretivas/execução de regulamentos; Acompanhamento de todas da transposição conjuntamente com o DSF e Gabinetes de modo a assegurar o cumprimento dos prazos; Recolha de elementos para comunicação à Comissão Europeia;
									Divulgar Código de Conduta	n.a.	•	Implementado	
Política Europeia	Acompanhament o de negociações no âmbito do Mercado Interno	Manipulação de informação no âmbito da centralização e coordenação do processo de notificação e reporte de auxílios de Estado concedidos pelas Finanças	Elevado			x		ı	Desenvolver e implementar o Manual de Controlo Interno	Desenvolver, divulgar e implementar o Manual de Controlo Interno	•	Implementado	Note-se que o GPEARI não está envolvido diretamente na seleção dos beneficiários de auxílios de Estado, embora possa ajudar os Gabinetes Governamentais, a pedido, no desenho de Regimes de Auxílios
Política Internacional	relacionamento institucional com	Favorecimento de candidatos na divulgação da vaga para formador, gestor de programa de cooperação e/ou colaborador nas IFI	Fraco				x		Divulgar Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do GPEARI	n.a.	•	Implementado	
	Financeiras Internacionais	Favorecimento de candidatos na seleção de cooperantes, gestores de	Mode rado				x		Formalizar procedimentos de recrutamento	Formalizar instruções reguladoras dos procedimentos de recrutamento	•		Foram elaborados termos de referência para parte das ações de cooperação.

• PPR • PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

						PAR	 		DE MOCOS DE CON	RUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS -	Relati	ono de Avalla	Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco	Obs.		DPFP		DADO	Medida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	Estado De Implementaçã O	implementação da medida de prevenção/ações, caso estas
		programas e colaboradores nas IFI											não se tenham realizado.  Nas restantes ações, a designação de peritos é efetuada pelos serviços do MF em função dos conteúdos a ministrar nas ações de formação ou de assistência técnica.  Neste momento, não há gestores de programas de cooperação do
										Nomear júris diferenciados nos processos de recrutamento	•	Não Implementado	MF em funções, pelo que não houve necessidades de nomeai júris diferenciados nos processos de recrutamento. Situação a ser revista e implementada no próximo procedimento a ocorrer.
													Nas ações de cooperação técnica desenvolvidas por peritos dos serviços do MF-PT, os TdR são definidos pelos países parceiros ou pelas IFI (com comentários do GPEARI) e a designação dos peritos é efetuada pelos serviços do MF em função dos respetivos conhecimentos técnicos.
		Divulgação direcionada de oportunidades de negócio / investimento com vista ao favorecimento de um ou mais intervenientes	Elevado		referé recru de co		perinir termos de referência para recrutamento e seleção de cooperantes e empresas no âmbito das	Definir critérios para seleção de cooperantes, gestores de programas de cooperação e colaboradores a colocar nas IFI	•	Impiementado	No período em apreço não se verificou a colocação no terreno de gestores de programas bilaterais de cooperação técnica.  No caso de colaboradores a colocar nas IFI, os perfis e cartas de missão envolvem um processo de decisão com várias partes envolvidas na hierarquia do GPEARI, sendo aprovados ao nível do Sr. MEF.		
										Definir critérios para seleção de empresas e consultores	•	Em curso	Os critérios para seleção de empresas e consultores no âmbito de projetos financiados

• PPR • PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

			_			EPA							RUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS -	· toluce	ac /walla	Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco	Obs.	DAEP DIR.	DPFP	DPGE	DCMIPE	DCK1	DADO	DADO	Medida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	Estado De Implementaçã o	<ul> <li>Descrever os riscos minimizados,</li> <li>Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.</li> </ul>
																por IFI são definidos pelas próprias, sendo a seleção final sujeita a escrutínio por vários profissionais da IFI e de outros estados-membros (incluindo os países beneficiários), e de acordo com as regras de <i>procurment</i> em vigor.
									***************************************				Publicar no site e na newsletter do GPEARI da vaga para formador, gestor de programa de cooperação e/ou colaborador nas IFI	•	Em curso	A intervenção do GPEARI neste campo é sobretudo a de divulgação, em coordenação através de entidades como a AICEP, de modo a publicitar junto de empresas e consultores nacionais.  De notar que concursos internacionais quando abertos são escrutinados por vários estados-membros em simultâneo, o que privilegia a concorrência e transparência nos processos.
		Dinamização direcionada do acesso das empresas, consultores e banca nacionais relativamente aos instrumentos de financiamento disponibilizados pelas IFI	Elevado						X	(	re re de	e cooperantes e mpresas no âmbito das	Definir critérios para seleção de cooperantes, gestores de programas de cooperação e colaboradores a colocar nas IFI	•	Implementado	(repete ponto acima)  Nas ações de cooperação técnica desenvolvidas por peritos dos serviços do MF-PT, os TdR são definidos pelos países parceiros ou pelas IFI (com comentários do GPEARI) e a designação dos peritos é efetuada pelos serviços do MF em função dos respetivos conhecimentos técnicos.  No período em apreço não se verificou a colocação no terreno de gestores de programas bilaterais de cooperação técnica.

• PPR • PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

						EPAR					DE RIBOUS DE COR	RUPÇAO E INFRAÇÕES CONEXAS -	rterat	ono de Avana	Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco	Obs.	DAEP	DPFP	DPGF	DSF	DCRI	DADO	Medida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	De	<ul> <li>Descrever os riscos minimizados,</li> <li>Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.</li> </ul>
															No caso de colaboradores a colocar nas IFI, os perfis e cartas de missão envolvem um processo de decisão com várias partes envolvidas na hierarquia do GPEARI, sendo aprovados ao nível do Sr. MEF.
												Definir critérios para seleção de empresas e consultores	•	Em curso	(repete ponto acima)  Os critérios para seleção de empresas e consultores no âmbito de projetos financiados por IFI são definidos pelas próprias, sendo a seleção final sujeita a escrutínio por vários profissionais da IFI e de outros estados-membros (incluindo os países beneficiários), e de acordo com as regras de procurment em vigor.
												Publicar no site e na newsletter do GPEARI da vaga para formador, gestor de programa de cooperação e/ou colaborador nas IFI	•	Em curso	(repete ponto acima)  A intervenção do GPEARI neste campo é sobretudo a de divulgação, em coordenação através de entidades como a AICEP, de modo a publicitar junto de empresas e consultores nacionais.  De notar que concursos internacionais quando abertos são escrutinados por vários estados-membros em simultâneo, o que privilegia a concorrência e transparência nos processos.

• PPR • PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

						PART				DE RISCOS DE COI	RRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS -	reciae	orio de rivane		servações	
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco	Obs.	DAEP	DPGE	DCMIPE	DSF	DADO	Medida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	Estado De Implementaçã o	implementa prevenção	previsão ação da me	o estas
		Elaboração de votos com vista ao favorecimento de um ou mais intervenientes	Muito elevado						<b>X</b>	Implementar métodos de trabalho colaborativo	Implementar métodos e processos de trabalho em equipa: análise e validação por colegas e chefias e/ou rotatividade de tarefas entre os trabalhadores	•	Implementado	Todos os vot análises técn análise por d colaboradore ao nível de to submetidos á	os, pareceri icas envolvi iversos s, sendo pri écnicos da I à cadeia hie o final pelo S ssário. equente a c ismos nacio	es e/ou em eparados DCRI e rárquica Sr. MEF, consulta a
										Divulgar Código de Conduta	n.a.	•	Implementado			
	Coordenação das atividades na área das relações de cooperação de âmbito bilateral	Elaboração de recomendações e pareceres destinados a promover a criação e a dinamização de instrumentos financeiros e de cooperação técnica com vista o favorecimento de um ou mais intervenientes	0						×	Desenvolver e implementar o Manual de Controlo Interno	Desenvolver, divulgar e implementar o Manual de Controlo Interno	•	Implementado	(repete Todos os vot análises técn análise por d colaboradore ao nível de t submetidos a até despacho quando nece É também fro outros organ consulta a pa instrumentos criados em fi governo e da financiament Existe um de implementag candidaturas entre os min aprovados pa cadeias de d em DR.	icas envolviversos s, sendo priécnicos da la cadeia hie o final pelo s ssário.  equente a c ismos nacio síses parceir s do BEI par unção da pois necessida o da Repúb sispacho de ão e os critis são coorde istérios envelas respetivelas respetivos envelas respetivos en velas respetivos en velas respetivos en velas respetivos envelas respetivos en velas r	em eparados DCRI e rárquica Sr. MEF, consulta a chais, e ros. ra PT são olítica do ades de lica. érios para enados olvidos, vas

• PPR • PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

							RTA				DE NISC	.00 DL COI	RRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS -	reciae	orio de rivana	Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco	Obs.	DAEP DIR.	DPFP	DPGE	DCMIPE	DCRI	DADO	Medida d mitigaç	e prevenção/ ão prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	Do	<ul> <li>Descrever os riscos minimizados,</li> <li>Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.</li> </ul>
																No caso da Garantia do Estado português ao BAfD no âmbito do Compacto Lusófono, estão definidos os critérios de acesso e é efetuada uma análise pela DGTF, com recurso também a pareceres do GPEARI, MNE (DGPE) e AICEP, e é submetida ao GSETF a aprovação da garantia (com validação pelos vários níveis da cadeia DGTF)
											de coopera	para nto e seleção	Definir critérios para seleção de cooperantes, gestores de programas de cooperação e colaboradores a colocar nas IFI	•	Implementado	(repete ponto acima)  Nas ações de cooperação técnica desenvolvidas por peritos dos serviços do MF-PT, os TdR são definidos pelos países parceiros ou pelas IFI (com comentários do GPEARI) e a designação dos peritos é efetuada pelos serviços do MF em função dos respetivos conhecimentos técnicos.  No período em apreço não se verificou a colocação no terreno de gestores de programas bilaterais de cooperação técnica.  No caso de colaboradores a colocar nas IFI, os perfis e cartas de missão envolvem um processo de decisão com várias partes envolvidas na hierarquia do GPEARI, sendo aprovados ao nível do Sr. MEF.

• PPR • PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

				PLA	INC	וטו	_ G	LO	IAU	DE KISCOS DE CO	RRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS –	Relati	JIIO UE AVAIIA	. ~
			Risco		DE	PAR	TAN	1EN	то					Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Ris	Obs. 전	DAEP	DPFP	DCMIPE	DSF	DCRI	Medida de prevenção mitigação prevista	/ Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	Estado De Implementaçã O	<ul> <li>Descrever os riscos minimizados,</li> <li>Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.</li> </ul>
											Definir critérios para seleção de empresas e consultores	•	Em curso	(repete ponto acima)  Os critérios para seleção de empresas e consultores no âmbito de projetos financiados por IFI são definidos pelas próprias, sendo a seleção final sujeita a escrutínio por vários profissionais da IFI e de outros estados-membros (incluindo os países beneficiários), e de acordo com as regras de procurment em vigor.
											Publicar no site e na newsletter do GPEARI da vaga para formador, gestor de programa de cooperação e/ou colaborador nas IFI	•	n.a.	(repete ponto acima)  A intervenção do GPEARI neste campo é sobretudo a de divulgação, em coordenação através de entidades como a AICEP, de modo a publicitar junto de empresas e consultores nacionais.  De notar que concursos internacionais quando abertos são escrutinados por vários estados-membros em simultâneo, o que privilegia a concorrência e transparência nos processos.
		Elaboração de recomendações (em Atas) no âmbito da execução de acordos bilaterais e de programas de cooperação e assistência técnica com países de língua oficial portuguesa e outros países parceiros com vista o favorecimento de um ou mais intervenientes	Moderado						x	Atualizar e divulgar o Manual de Procedimento	Atualizar e divulgar do Manual de s Procedimentos	•	Em curso	
		Elaboração de pareceres sobre propostas de criação/renovação de	Elev ado						x	Desenvolver e implementar o Manual de Controlo Interno	Desenvolver, divulgar e implementar o Manual de Controlo Interno	•	Implementado	(repete ponto acima)  Todos os votos, pareceres e/ou

• PPR • PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

				P							DE KISCOS DE COL	RRUPÇAO E INFRAÇOES CONEXAS -	кеіаt	orio de Avalla		2024 oservaçõe:	_
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	de Risco	Obs.			ART				Medida de prevenção/ mitigação prevista	′ Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	Estado De Implementaçã	Descrever	os os,	riscos
ATOAÇAO		IDENTIFICADAS	Grau (		DIR.	ΔED OHD	PGE	MIPE	)SF	CRI	initigação prevista	A desenvolvver		o O	<ul> <li>Ou implement prevenção, não se ten</li> </ul>	/ações, ca	so estas
		instrumentos financeiros (Linhas de Crédito, Empréstimos) com vista o favorecimento de um ou mais intervenientes													análises técr análise por c colaboradore ao nível de t até despach quando nece É também fr outros organ consulta a pa	nicas envolvidiversos es, sendo p écnicos da o final pelo essário. requente a	vem reparados DCRI e Sr. MEF, consulta a onais, e
															Submetidos of criados	ntos do BEI em função e das neces nento da Re espacho de ção e os cri s são coord nistérios en elas respet	I para PT da política ssidades epública. térios para enados volvidos, ivas
															No caso da C português ac Compacto Lu definidos os é efetuada u DGTF, com r pareceres do (DGPE) e AII ao GSETF a garantia (coi vários níveis	o BAfD no á usófono, es critérios de ima análise recurso tam o GPEARI, N CEP, e é su aprovação m validação	âmbito do itão e acesso e pela ibém a MNE ibmetida da o pelos
															No contexto Crédito, a es dos países p também land	scolha dos parceiros, os	projetos é s quais

• PPR •

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

				F		 	 	DE KIDCOD DE COR	RRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS –	Kelall	nio de Avalla	Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco	Obs.		DSF DCMIPE		Medida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	De Implementaçã o	<ul> <li>Descrever os riscos minimizados,</li> <li>Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.</li> </ul>
												procurment. O processo interno de aprovação da Garantia é conduzido pela DGTF com pareceres do GPEARI, MNE (DGPE) e AICEP
									Definir critérios para seleção de cooperantes, gestores de programas de cooperação e colaboradores a colocar nas IFI	•	n.a.	(repete ponto acima)  No caso de colaboradores a colocar nas IFI, os perfis e cartas de missão envolvem um processo de decisão com várias partes envolvidas na hierarquia do GPEARI, sendo aprovados ao nível do Sr. MEF.
							r r d e	Definir termos de eferência para ecrutamento e seleção le cooperantes e empresas no âmbito das FI	Definir critérios para seleção de empresas e consultores	•	Em curso	(repete ponto acima)  Os critérios para seleção de empresas e consultores no âmbito de projetos financiados por IFI são definidos pelas próprias, sendo a seleção final sujeita a escrutínio por vários profissionais da IFI e de outros estados-membros (incluindo os países beneficiários), e de acordo com as regras de procurment em vigor
									Publicar no site e na newsletter do GPEARI da vaga para formador, gestor de programa de cooperação e/ou colaborador nas IFI	•	n a	(repete ponto acima)  A intervenção do GPEARI neste campo é sobretudo a de divulgação, em coordenação através de entidades como a AICEP, de modo a publicitar junto de empresas e consultores nacionais.
												De notar que concursos internacionais quando abertos são escrutinados por vários estados-membros em

PPR •

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

								 DE RISCOS DE CON	RUPÇAU E INFRAÇUES CONEXAS -	Clac	ono de Avana	Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco		DPGE DPFP			Medida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	De Implementaçã o	<ul> <li>Descrever os riscos minimizados,</li> <li>Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.</li> </ul>
	Medidas	Emissão de pareceres relativos a transferências monetárias para países sujeitos a medidas restritivas no âmbito da UE e ONU com vista o favorecimento de um ou mais intervenientes	Elevado			x		Desenvolver e implementar o Manual de Controlo Interno	Desenvolver, divulgar e implementar o Manual de Controlo Interno	•	Implementado	simultâneo, o que privilegia a concorrência e transparência nos processos.  Participar nas reuniões do GT das Comissão sobre Medidas Restritivas; Elaborar relatórios nesse âmbito; Prestar esclarecimentos; Emitir autorizações; Realizar reuniões com entidades executantes; Realizar reuniões com a Comissão; Realizar reuniões entre ANC´s.
Financiamento da Economia Portuguesa	o dos trabalhos dos Conselhos de	Análise de projetos e propostas, recomendações à tutela condicionada a um resultado pré-definido	Elevado				x	Desenvolver e implementar o Manual de Controlo Interno	Desenvolver, divulgar e implementar o Manual de Controlo Interno	•	Implementado	(repete ponto acima)  Todos os votos, pareceres e/ou análises técnicas envolvem análise por diversos colaboradores, sendo preparados ao nível de técnicos da DCRI e submetidos à cadeia hierárquica até despacho final pelo Sr. MEF, quando necessário.  É também frequente a consulta a outros organismos nacionais, e consulta a países parceiros.

• PPR •

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - Relatório de Avaliação Anual 2024

				PL/						DE KISCOS DE COR	RUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS –	reial(	ono de Avalla	Çao Anuai 2024  Observações
ÁREAS DE		SITUAÇÕES DE RISCO	Risco					1ENT		Medida de prevenção/	Ações/ativid.		Estado De	Descrever os riscos minimizados,
ATUAÇÃO	ATIVIDADES	IDENTIFICADAS	Grau de	Obs.	DAEP DIR.	DPFP	DPGE	DSF	DADO	mitigação prevista	A desenvolvver	Dific.	Implementaçã o	Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado. (repete ponto acima)
	Apoio no acompanhament o dos trabalhos dos Conselhos de Administração do CEB	Análise de projetos e propostas condicionada a um resultado pré-definido	Elevado						ĸ	Desenvolver e implementar o Manual de Controlo Interno	Desenvolver, divulgar e implementar o Manual de Controlo Interno	•	Implementado	Todos os votos, pareceres e/ou análises técnicas envolvem análise por diversos colaboradores, sendo preparados ao nível de técnicos da DCRI e submetidos à cadeia hierárquica até despacho final pelo Sr. MEF, quando necessário.  É também frequente a consulta a outros organismos nacionais, e consulta a países parceiros
		Ausência de um plano formal anual de compras	Fraco	Atendendo ao elevado número de aquisições operadas anualmente que podem suscitar a ocorrência do risco.					x	Divulgar Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do GPEARI	n.a.	•	Implementado	A medida de mitigação deverá ser alterada para a realização de plano anual de compras a ser aprovado anualmente pela Direção. Esta medida de aprovação do Plano de Compras está implementada.
			0	Atendendo ao moderado						Atualizar e divulgar o Manual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
Contratação Pública	Aquisição de bens e serviços	Insuficiente justificação do tipo de procedimento adotado quando restritivo da concorrência	je	número de aquisições operadas anualmente que podem suscitar a ocorrência do risco.						Elaborar plano anual de compras e procedimentos	Solicitar fundamentação objetiva da escolha de outro tipo de procedimento de aquisição mais restritivo da concorrência	•	Implementado	
										de aquisição	Criar um plano formal anual de compras	•	Implementado	Existe plano anual de compras e é submetido à aprovação do Diretor-geral. O Manual de Procedimentos
		Falta de transparência nos procedimentos aquisitivos e	ado	Atendendo ao elevado número de aquisições						Atualizar e divulgar o Manual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
		acompanhamento dos contatos	Moderado	operadas anualmente que podem suscitar a ocorrência do risco.							Solicitar fundamentação objetiva da escolha de outro tipo de procedimento de aquisição mais restritivo da concorrência	•	Implementado	

• PPR •

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - Relatório de Avaliação Anual 2024

				PL	_AN	ט ט	ЬG	155 I	IAU	ט נ	E RISCOS DE COR	RUPÇAO E INFRAÇOES CONEXAS -	Relati	orio de Avalia	çao Anual 2024
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco	Obs.		DPFP				DADO	ledida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	Estado De Implementaçã o	Observações  • Descrever os riscos minimizados,  • Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.
												Criar um plano formal anual de compras	•	Implementado	
		Diminuta frequência do controlo dos procedimentos		O elevado número de processos de aquisição de deslocações inviabilizam um controlo individualizado de cada operação.					x		ualizar e divulgar o anual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
	Aquisição de serviços no âmbito de deslocação e estadas	Ausência de um manual formalizado para aquisição de deslocações e potencial desrespeito por parte dos colaboradores em relação às normas internas definidas	Moderado	Atendendo ao elevado número de aquisições operadas anualmente que podem suscitar a ocorrência do risco.	)	X	XX	< x	x x	× At Ma	ualizar e divulgar o anual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025.  Não obstante, a aquisição das deslocações cumpre todas as regras legais previstas, sendo cumpridos os requisitos estabelecidos e validados pelo RVA – Registo de Viagens e Alojamentos da ESPAP.
				A existência de um plano							ualizar e divulgar o anual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
		Pedidos extraordinários urgentes conducentes a procedimentos abreviados		de deslocações anual mitiga a probabilidade de processos urgentes e extraordinários.	)	×	x x	( x	x x	Ela co	aborar plano anual de mpras e procedimentos	Solicitar fundamentação objetiva da escolha de outro tipo de procedimento de aquisição mais restritivo da concorrência	•	Implementado	
										ue	aquisição	Criar um plano formal anual de compras	•	Implementado	
Património	Gestão de bens materiais, designadamente do economato e	Desvio de bens	Elevado	O desvio de bens pode ocorrer diariamente, mas o impacto fica restrito ao GPEARI.	x >	x	x x	с х	x x	<b>x</b> de	efinir plano de validação e mapas de controlo terno e outros sistemas e suporte	Validar aleatoriamente mapa de controlo de	•	Em curso	Os stocks são validados periodicamente, no entanto esse procedimento não está formalizado.

PPR •

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

						PART				DE RISCOS DE CON	RUPÇAU E INFRAÇUES CUNEXAS -	relate	ono de Avane	Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco	Obs.	DAEP DIR.	DPGE DPFP	DCMIPE	DSF	DADO	Medida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	Estado De Implementaçã O	<ul> <li>Descrever os riscos minimizados,</li> <li>Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.</li> </ul>
	armazéns de materiais e equipamentos									Definir plano de validação de mapas de controlo interno e outros sistemas de suporte	Validar aleatoriamente mapa de controlo do	•	Em curso	Os stocks são validados periodicamente, no entanto esse procedimento não está formalizado.
	Gestão da frota automóvel	Utilização indevida do veículo do serviço para trajetos que não são deslocações em serviço	loderad	O veículo pode ser utilizado indevidamente no quotidiano mas o impacto fica restrito ao GPEARI.	x					Atualizar e divulgar o Manual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
	Gestão dos ativos fixos	Desvio de bens	odera	O desvio de bens pode ocorrer diariamente mas o impacto fica restrito ao GPEARI.	хх	х×	×	хх	· x	Atualizar e divulgar o Manual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
	Gestão orçamental	Gestão orçamental fraudulenta em benefício de terceiros		Pode ocorrer diariamente mas o impacto fica restrito ao GPEARI.						Atualizar e divulgar o Manual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
Gestão Financeira	organientai	Indução de erro de processamento nas tarefas (v.g. classificação da despesa, cálculo de valores, erro do destinatário de transferência de pagamento, etc) com benefício de terceiro	Moderado	Pode ocorrer diariamente mas o impacto fica restrito ao GPEARI.						Atualizar e divulgar o Manual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
	Gestão do Fundo de Maneio	Desvio de valores em caixa	Elevado	O desvio de valores pode ocorrer diariamente mas o impacto fica restrito ao GPEARI.					x	Definir plano de validação de mapas de controlo interno e outros sistemas de suporte	Validar aleatoriamente registos referentes ao	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025

• PPR • PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

			٥				RTAI					RUPÇAU E INFRAÇUES CONEXAS -			Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco	Obs.	DAEP DIR.	DPFP	DPGE	DSF	DCRI	DADO	Medida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	Estado De Implementaçã o	<ul> <li>Descrever os riscos minimizados,</li> <li>Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.</li> </ul>
	Gestão do Cartão de Crédito	Utilização indevida do cartão de crédito do serviço	loderad	O cartão pode ser utilizado indevidamente no quotidiano mas o impacto fica restrito ao GPEARI.					,	х <sup>Д</sup>	tualizar e divulgar o Ianual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
	Recrutamento	Potencial discricionariedade nos critérios de	ad	Os processos de recrutamento só se realizam esporadicamente	Y Y	·	v v		<b>V</b>	v F		Formalizar instruções reguladoras dos procedimentos de recrutamento	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
		recrutamento	은	e o impacto fica restrito ao GPEARI.	^ ^					<b>^</b> d		Nomear júris diferenciados nos processos de recrutamento	•	Em curso	Os júris são nomeados em acordo ao posto de trabalho a preencher cumprindo os requisitos legais aplicáveis.
Recursos Humanos	Avaliação de desempenho de	Ausência de mecanismos explícitos que identifiquem e impeçam a ocorrência de conflitos de interesses	Moderado	O risco é moderado porque ocorrem poucos momentos de avaliação ao longo do ano e o impacto é contido ao GPEARI.	хх	x	x x	x	x :	x p	rocedimentos de nplementação do	Definir e divulgar atempadamente os critérios de definição de objetivos, as atas do CCA e as normas processuais de implementação do SIADAP	•	Em curso	Foi divulgado Manual de implementação da Lei do SIADAP na versão publicada através do DL n.º 12/2024, de 10/01, da DGAEP. Deverá ser elaborado regulamento interno.
	trabalhadores	Potencial discricionariedade no processo de avaliação dos colaboradores (ex. fixação de objetivos)	Moderado	O risco é moderado porque ocorrem poucos momentos de avaliação ao longo do ano e o impacto é contido ao GPEARI.	хх	×	х×	x	x :	x p	rocedimentos de nplementação do	Definir e divulgar atempadamente os critérios de definição de objetivos, as atas do CCA e as normas processuais de implementação do SIADAP	•	Em curso	Foi divulgado Manual de implementação da Lei do SIADAP na versão publicada através do DL n.º 12/2024, de 10/01, da DGAEP. Deverá ser elaborado regulamento interno.
	Controlo de assiduidade	Arbitrariedades do superior hierárquico na justificação	er	Pode ocorrer diariamente mas o impacto é quase nulo.	хх	x	x x	×	x :	× M	utualizar e divulgar o Manual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025

PPR •

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - Relatório de Avaliação Anual 2024

								1ENT			ROPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS -			Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco	Obs.	DAEP DIR.	DPFP	DCMIPE DPGE	DSF	DADO	Medida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	De	<ul> <li>Descrever os riscos minimizados,</li> <li>Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.</li> </ul>
	Acumulação de funções	Conflito de interesses	Moderado	Poderá ocorrer esporadicamente e o impacto fica restrito ao GPEARI.	x x	×	x x	x )	ĸх	Definição e divulgação das condições para acumulação de funções	Integrar no requerimento que enquadra o regime de acumulação de funções, a declaração inequívoca que as funções acumuladas não colidem sob forma alguma com as funções públicas exercidas, nem colocam em causa a isenção e o rigor que deve pautar a sua ação	•	Implementado	
	Formação profissional	Contratação arbitrária de entidades de formação visando favorecimento económico	Fraco	Atendendo a que ocorre raramente.					x	Divulgar Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do GPEARI	n.a.	•	Implementado	
		Falta de formação ministrada na área da prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas	Fraco	Pode ocorrer esporadicamente e o impacto é quase nulo.	хх	×	хх	<b>x</b> )	ĸ x	Promover ação de formação na área da prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas	n.a.	•	Em curso	Alguns colaboradores frequentaram ações de formação ministradas pelo INA e MNEAC. Deverá ser promovida ação de sensibilização global em enquadrada na revisão do PPR.
	Proteção de dados	Alteração de dados profissionais individuais visando favorecimento pessoal		Pode ocorrer esporadicamente e o impacto é quase nulo.					x	Divulgar Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do GPEARI	n.a.	•	Implementado	
		Emissão de declarações de funções e de antiguidade contendo informação fraudulenta	Fraco	Pode ocorrer esporadicamente e o impacto é quase nulo.					x	Divulgar Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do GPEARI	n.a.	•	Implementado	
Planeamento Interno	Elaboração de planos e relatórios anuais	Alteração de dados e resultados visando favorecimento institucional	Fraco	Pode ocorrer esporadicamente e o impacto é quase nulo.					x	Divulgar Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do GPEARI	n.a.	•	Implementado	

• PPR •

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

	PLANO DE GESTAO DE RISCOS L							DE RISCOS DE CON	KROFÇAO E INFRAÇÕES CONEXAS	Relat	orio de Avalla	Observações		
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco	Obs.		DPFP C				Medida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	Estado De Implementaçã o	Descrever os riscos minimizados,
	Prevenção	Falta de implementação e publicidade do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	rac	Pode ocorrer esporadicamente e o impacto é quase nulo.					x	Divulgar Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do GPEARI	n.a.	•	Implementado	
Dados Administrativo s	Todas as atividades	Ocultação no acesso a dados administrativos, nos termos do estabelecido na Lei de acesso aos documentos administrativos, visando favorecimento.	Muito fraco		x >	( <b>x</b> )	кx	x x	кx	Promover ações de formação acerca da Lei de acesso aos documentos administrativos	n.a.	•	Não Implementado	Identificação de Formação em 2025 e respetiva divulgação
	Administração e gestão de sistemas	Vulnerabilidades dos sistemas a intrusões que ponham em causa a disponibilidade dos mesmos ou a confidencialidade/integrida de da informação	Elevado							Formalizar procedimentos para atuação em caso de deteção de ameaças e reporte de incidentes de segurança e do ciberespaço	•	Implementado		
									x	Definir procedimentos técnicos e organizativos de segurança da informação e do ciberespaço	Definir procedimentos técnicos e organizativos de segurança no ciberespaço, baseados em boas práticas, em cooperação com a eSPap	•	Em curso	Está prevista para 2025 a migração para Microsoft365, obrigando à reconfiguração de vários procedimentos a este nível
											Criar procedimentos técnicos e organizativos de segurança da informação e do ciberespaço	•	Implementado	
тіс		ĭo de Î	Moderado								Concluir a formalização de procedimento para gestão do ciclo de vida da conta do utilizador (principalmente o que respeita à sua eliminação)	•	Implementado	
									X	Definir procedimentos de gestão de acessos, utilizadores e passwords	Definir política de passwords, incluindo critérios que contribuam para a sua maior complexidade e estabelecimento de periodicidade para alteração / renovação	•	Implementado	
											Verificar e adequar o nível de codificação no armazenamento de passwords dos utilizadores	•		Está prevista para 2025 a migração para Microsoft365, obrigando à reconfiguração de vários procedimentos a este nível

• PPR • PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – Relatório de Avaliação Anual 2024

								MENT			DE NIGOCOS DE CON	RUPÇAU E INFRAÇUES CUNEXAS -	rterare	orio de Atvana	Observações
ÁREAS DE ATUAÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÕES DE RISCO IDENTIFICADAS	Grau de Risco	Obs.				DSF		DADO	Medida de prevenção/ mitigação prevista	Ações/ativid. A desenvolvver	Dific.	Do	<ul> <li>Descrever os riscos minimizados,</li> <li>Ou previsão da implementação da medida de prevenção/ações, caso estas não se tenham realizado.</li> </ul>
	Todas as atividades	Ausência de especificações técnicas do sistema de controlo interno	Moderado		××	×	x x	×	x	x N	Atualizar e divulgar o Manual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
Sistema de Controlo Interno	Todas as atividades	Insuficiente definição de responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, fluxos dos processos, centros de responsabilidade, conferências e controlos	Moderado		x x	x 3	x x	×	× 3	× N	Atualizar e divulgar o Manual de Procedimentos	Atualizar e divulgar do Manual de Procedimentos	•	Em curso	O Manual de Procedimentos deverá ser revisto e consolidado com o Manual de Controlo Interno, durante o ano de 2025
	Todas as atividades	Arquivo em local pouco reservado e débil controlo de acesso aos documentos	Moderado							x Polí	Definir e implementar [ Política de Proteção e acesso a Dados (	Definir modelo(s) de requerimento(s), forma e meios para acesso e consulta, tabela de taxas a aplicar aos serviços e sua publicitação, etc.	•	n.a.	
					x x	×	x x	×	x :			Definir procedimento(s)/processo(s) para a receção de pedidos de acesso e reutilização de documentos administrativos, tratamento e resposta aos mesmos	•	n.a.	
												Implementar manual prático de segurança interna (especificamente sobre proteção de dados)	•	Implementado	
	Todas as atividades	Indefinição de parte dos circuitos dos documentos	Fraco		x x	x 3	x x	x	×	x P	Divulgar Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do GPEARI	n.a.	•	Implementado	